

Recessão preocupa Kandir

O Brasil poderá entrar rapidamente em uma recessão profunda, com a rejeição da Medida Provisória 185 pelo Congresso Nacional, segundo avaliação de assessores da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Apesar do alarme dado na manhã de ontem pelo secretário de Política Econômica do Ministério, Antônio Kandir, que afirmou que "o plano estará arrebentado", se os tribunais disseminarem a concessão do IPC de março e abril, outros técnicos lembram que o governo continuará com a política monetária e fiscal para controlar a inflação. Com a revogação da medida, o governo será obrigado a apertar ainda mais o crédito e conter mais seus gastos, e o resultado será uma queda da atividade econômica e aumento do desemprego.

Um exemplo de como a política fiscal impedirá o aumento da inflação, pode ser visto no caso do Metrô do Rio de Janeiro, cujos funcionários ganharam no Tribunal Regional do Trabalho um reajuste de 166,89% (84,32% referentes ao IPC de março e 44,80% de abril). A empresa iria recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho e poderia obter a suspensão deste aumento por cinco meses. Com a queda da MP 185, terá que pagar o reajuste imediatamente.

Como a empresa não poderá repassar estes reajustes para as passagens de Metrô, que estão congeladas, terá que negociar outras saídas com o governo do Estado. Este, por sua vez, não terá liberdade para auxiliar o Metrô, pois a torneira do Governo Federal foi fechada pela rigidez fiscal implantada pelo novo governo.

Soluções

O Governo dispõe de duas maneiras de realizar esse aperto fiscal: a redução da rolagem da dívida externa como aval do Tesouro de 75% para apenas 53% neste ano —

que transferirá mais US\$ 500 milhões dos estados e municípios para o Tesouro Nacional — e a Resolução 1.469, do Banco Central, que impede o aumento do endividamento dos estados, municípios e empresas estatais. Sem ter a quem recorrer, o governo fluminense terá que cortar outros gastos, se quiser ajuda o Metrô, o que implica redução de encomendas ao setor privado. Se não ajudar o Metrô terá que se ajustar a nova realidade, cortando despesas administrativas ou demitindo pessoal. Em qualquer dos casos, segundo raciocínio dos economistas, estará presente redução da atividade econômica e ou demissão de pessoal.

No setor privado a dificuldade será semelhante, principalmente em consequência da política monetária. O governo poderá, controlar a quantidade de moeda em circulação e o crédito existente no mercado. Cada vez que o Banco Central reduz a quantidade de moeda em circulação, as taxas de juros se elevam e as pessoas e empresas diminuem suas compras e seus investimentos. Se um fornecedor repassar para seus preços reajustes elevados de salários, poderá ficar sem compradores para seus produtos. Se não puder repassar, poderá escolher a opção de demitir para reduzir a folha de pagamentos aos níveis anteriores.

O temor de Kandir, revelado antes de saber do resultado da votação no Congresso, é que o Tribunal Superior do Trabalho mantenha os reajustes concedidos pelos tribunais e algumas empresas consigam repassá-los para os preços. Neste caso, considera que "O plano explodirá". A queda da medida não impede que o TST julgue recursos das empresas, ou dos trabalhadores. A diferença é que, a partir de ontem, enquanto não houver julgamento a empresa terá que pagar o aumento concedido.